



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 010

Teresina (PI), 12 de fevereiro de 2020.

www.protestos.piaui.br
AP.010.4.001201.21
Senha: 4DFE307

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **indicativo de Projeto de Lei** de autoria do Deputado **GESSIVALDO ISAIÁS** que:

“Dispõe sobre campanha publicitária permanente nas escolas públicas do ensino fundamental e médio do Estado do Piauí de valorização e respeito ao trabalho do professor”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

Digníssimo Governador do Estado do Piauí

Palácio de Karnak

NESTA CAPITAL

Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Av. Marechal Castelo Branco, 201
CEP.: 64.000-810 – Fone: (86) 3221-7214

RECEBI em 11/02/2020
Assinatura: _____
Assessoria Legislativa



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 30 DE DE DE 2019

Dispõe sobre campanha publicitária permanente nas escolas públicas do ensino fundamental e médio do Estado do Piauí de valorização e respeito ao trabalho do professor.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os órgãos públicos competentes criarão campanha publicitária permanente nas escolas públicas do ensino fundamental e médio do Estado do Piauí de valorização e respeito ao trabalho do professor.

Art. 2º A campanha, disposta no art. 1º, será realizada através de cartazes impressos a serem fixados sobre o assunto em todas as escolas públicas do ensino fundamental e médio no Estado do Piauí.

Parágrafo único. Os cartazes, dispostos no caput, deverão conter mensagens, entre outras, que induzam o respeito dos alunos ao professor e às suas decisões, bem como de valorização do seu trabalho.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 17 de dezembro de 2019.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

